



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING





ADC 16-2021

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.
Em Recuperação Judicial

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS
PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

31 DE DEZEMBRO DE 2020

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ÍNDICE

Mensagem da administração	3
Relatório de desempenho	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balanço patrimonial	15
Demonstração do resultado do exercício	17
Demonstração do resultado abrangente	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração do fluxo de caixa	20
Demonstração do valor adicionado	21
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	22

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em um ano de muitas incertezas e diante de grandes desafios causados pela pandemia (COVID19) que assolou o mundo, podemos mencionar que a Conpel conseguiu superar grande parte dessas instabilidades de forma a continuar sua consolidação nas estratégias de reestruturação, reorganização operacional, comercial e financeira.

A pandemia trouxe uma grande mudança de hábitos e potencializou o mercado de papel e embalagens, seja pela grande adesão ao delivery ou pela grande injeção de capital efetuada pelos governos, aumentando o consumo e favorecendo também o e-commerce, visto as restrições aplicadas para conter a disseminação do Coronavírus. Além desses segmentos, o papel também está diretamente ligado ao setor de alimentos e construção, os quais também tiveram melhoras no desempenho e assim favorecendo mais nosso negócio, proporcionando números relevantes de produção, vendas e resultados, atingindo assim patamares anteriores ao início da crise da companhia.

No tocante a pandemia, a Conpel cumpriu e vem cumprindo com todos os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e órgãos sanitários locais, seguindo todos os decretos editados pelas autoridades no âmbito, municipal, estadual e federal. Dentro da companhia alguns colaboradores foram contaminados com o novo coronavírus, porém não tivemos nenhum caso mais grave que levasse a sequelas mais danosas a saúde dos nossos colaboradores.

Com relação a produtividade não houve impacto relevante relacionado as restrições, inclusive não tivemos nenhuma interrupção na produção, vendas e comercial, pelo contrário, como houve um aumento na demanda foi possível atender ainda mais nossa carteira de clientes, trazendo volumes maiores na produção de papel, chapas e caixas em relação a anos anteriores.

Outro ponto relevante foi a parada geral para manutenção efetuada em junho, a qual nos trouxe condições melhores de produção, praticamente duplicando nossa produtividade em relação aos meses anteriores. Essa parada, alinhada com modestos investimentos, fez com que a Conpel tivesse maior credibilidade, qualidade e desempenho no mercado regional, aproveitando ainda mais a alta demanda pelas suas embalagens.

Embora muitos fatores positivos, tivemos um aumento considerável da matéria prima, relacionada com players aumentando sua capacidade, novos concorrentes e ainda o desequilíbrio na cadeia de abastecimento, deste modo a companhia tomou medidas preventivas para aumentar seus estoques e vem alocando recursos de forma mais agressiva diretamente na produção e/ou composição de estoques.

Podemos concluir no fechamento desse exercício que toda a estratégia elaborada frente a manter e prospectar novos clientes, juntamente com as manutenções preventivas e, sob uma nova gestão financeira, resultou uma melhora significativa em relação ao ano anterior, com uma produção de 74,9%, 127,4%, 89,6% e 39,6% de papel, chapas, caixas e sacaria, respectivamente a maior em relação ao exercício de 2019, melhorando assim nossas margens e resultados.

Mensurando a instabilidade econômica, estamos confiantes que o ano de 2021 daremos continuidade em nossas estratégias, as quais vem sendo realizadas dentro do projetado ao longo dos últimos anos, não deixando de atentar as inúmeras condições adversas, principalmente as relacionadas a questões sanitárias e que por consequência, culminam em um arrefecimento econômico como um todo.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por fim, acreditamos que a companhia vem se fortalecendo gradativamente e tornando suas condições financeiras mais favoráveis, reforçando que essa administração não poupa esforços para investir, vislumbrando um futuro promissor com muitas oportunidades para esse segmento de papel e embalagens.

Reiteramos nossa confiança na robustez da companhia e nas oportunidades que se apresentarão no pós-crise, alinhadas a melhora da nossa produtividade, crescimento e buscando constantemente a condução sustentável de todos os nossos negócios.

Conde – PB, 26 de março de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis reciclados, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas aos exercícios referente ao ano de 2019 e 2020.

RESULTADO	31/12/2020	%	30/11/2020	%	31/10/2020	%	30/09/2020	%	31/08/2020	%	31/07/2020	%
Receita Operacional Líquida	43.709		38.012		32.874		27.778		23.707		19.457	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(42.666)		(38.087)		(33.860)		(29.077)		(25.011)		(21.028)	
Lucro Bruto	1.043	2,39%	(75)	-0,20%	(986)	-3,00%	(1.299)	-4,68%	(1.305)	-5,50%	(1.571)	-8,07%
<i>Despesas Operacionais</i>												
Com Vendas	(1.613)	3,69%	(1.331)	3,50%	(1.124)	3,42%	(934)	3,36%	(794)	3,35%	(666)	3,42%
Gerais e Administrativas	(5.340)	12,22%	(4.541)	11,95%	(3.980)	12,11%	(3.359)	12,09%	(2.852)	12,03%	(2.462)	12,66%
Outras Receitas e Despesas	5.046	-11,55%	2.993	-7,87%	2.697	-8,20%	2.291	-8,25%	(389)	1,64%	(694)	3,57%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(864)	1,98%	(2.953)	7,77%	(3.392)	10,32%	(3.302)	11,89%	(5.340)	22,53%	(5.393)	27,72%
<i>Resultado Financeiro</i>												
Receitas Financeiras	2	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	1	-0,01%
Despesas Financeiras	(11.813)	27,03%	(10.693)	28,13%	(9.607)	29,22%	(9.091)	32,73%	(8.724)	36,80%	(7.899)	40,60%
Resultado Financeiro Líquido	(11.811)	27,02%	(10.691)	28,13%	(9.606)	29,22%	(9.090)	32,72%	(8.723)	36,80%	(7.898)	40,59%
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(12.675)	29,00%	(13.645)	35,90%	(12.999)	39,54%	(12.392)	44,61%	(14.063)	59,32%	(13.292)	68,31%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	644	-1,47%	591	-1,55%	536	-1,63%	483	-1,74%	428	-1,81%	322	-1,65%
Resultado Líquido do Exercício	(12.031)	27,53%	(13.054)	34,34%	(12.462)	37,91%	(11.909)	42,87%	(13.635)	57,51%	(12.970)	66,66%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO	30/06/2020	%	31/05/2020	%	30/04/2020	%	31/03/2020	%	29/02/2020	%	31/01/2020	%
Receita Operacional Líquida	16.181		13.646		10.574		7.955		5.080		2.582	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(17.618)		(14.728)		(11.533)		(8.598)		(5.484)		(2.797)	
Lucro Bruto	(1.437)	-8,88%	(1.082)	-7,93%	(959)	-9,07%	(643)	-8,08%	(404)	-7,96%	(215)	-8,32%
<i>Despesas Operacionais</i>												
Com Vendas	(555)	3,43%	(465)	3,41%	(374)	3,54%	(244)	3,07%	(117)	2,30%	(47)	1,83%
Gerais e Administrativas	(2.073)	12,81%	(1.706)	12,50%	(1.142)	10,80%	(797)	10,02%	(508)	10,01%	(217)	8,41%
Outras Receitas e Despesas	(981)	6,06%	(230)	1,68%	(372)	3,52%	(574)	7,22%	264	-5,20%	185	-7,15%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(5.045)	31,18%	(3.482)	25,52%	(2.848)	26,94%	(2.258)	28,39%	(765)	15,07%	(295)	11,42%
<i>Resultado Financeiro</i>												
Receitas Financeiras	1	-0,01%	1	-0,01%	1	0,00%	0	-0,01%	0	-0,01%	0	-0,01%
Despesas Financeiras	(3.191)	19,72%	(2.712)	19,87%	(2.720)	25,73%	(1.943)	24,42%	(1.856)	36,55%	(1.181)	45,75%
Resultado Financeiro Líquido	(3.190)	19,71%	(2.711)	19,86%	(2.720)	25,72%	(1.942)	24,42%	(1.856)	36,54%	(1.181)	45,74%
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(8.235)	50,89%	(6.193)	45,38%	(5.568)	52,66%	(4.201)	52,81%	(2.621)	51,61%	(1.476)	57,16%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	322	-1,99%	268	-1,96%	214	-2,03%	156	-1,97%	108	-2,12%	53	-2,05%
Resultado Líquido do Exercício	(7.913)	48,90%	(5.925)	43,42%	(5.354)	50,63%	(4.044)	50,84%	(2.514)	49,49%	(1.423)	55,11%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO	31/12/2019	%	30/11/2019	%	31/10/2019	%	30/09/2019	%	31/08/2019	%	31/07/2019	%
Receita Operacional Líquida	20.114		18.225		15.889		13.484		11.665		9.972	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(22.918)		(20.081)		(17.756)		(15.501)		(13.803)		(12.289)	
Lucro Bruto	(2.805)	-13,94%	(1.856)	-10,18%	(1.867)	-11,75%	(2.017)	-14,96%	(2.138)	-18,33%	(2.317)	-23,24%
<i>Despesas Operacionais</i>												
Com Vendas	(309)	1,53%	(251)	1,38%	(195)	1,22%	(156)	1,16%	(127)	1,09%	(107)	1,08%
Gerais e Administrativas	(5.261)	26,15%	(5.183)	28,44%	(4.847)	30,51%	(4.542)	33,68%	(3.964)	33,98%	(3.460)	34,70%
Outras Receitas e Despesas	(804)	4,00%	(260)	1,42%	(400)	2,52%	(478)	3,55%	(982)	8,42%	(982)	9,85%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(9.178)	45,63%	(7.550)	41,43%	(7.309)	46,00%	(7.193)	53,34%	(7.212)	61,82%	(6.866)	68,86%
<i>Resultado Financeiro</i>												
Receitas Financeiras	3.961	-19,69%	3.961	-21,73%	3.961	-24,93%	3.960	-29,37%	3.958	-33,93%	3.958	-39,69%
Despesas Financeiras	(8.997)	44,73%	(7.753)	42,54%	(7.683)	48,35%	(6.771)	50,22%	(6.000)	51,44%	(5.265)	52,79%
Resultado Financeiro Líquido	(5.036)	25,04%	(3.792)	20,81%	(3.722)	23,42%	(2.811)	20,85%	(2.042)	17,51%	(1.307)	13,10%
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(14.214)	70,67%	(11.342)	62,23%	(11.030)	69,42%	(10.004)	74,19%	(9.254)	79,33%	(8.173)	81,96%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	691	-3,43%	638	-3,50%	584	-3,68%	526	-3,90%	467	-4,00%	409	-4,10%
Resultado Líquido do Exercício	(13.523)	67,23%	(10.704)	58,73%	(10.446)	65,75%	(9.478)	70,29%	(8.787)	75,33%	(7.764)	77,86%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

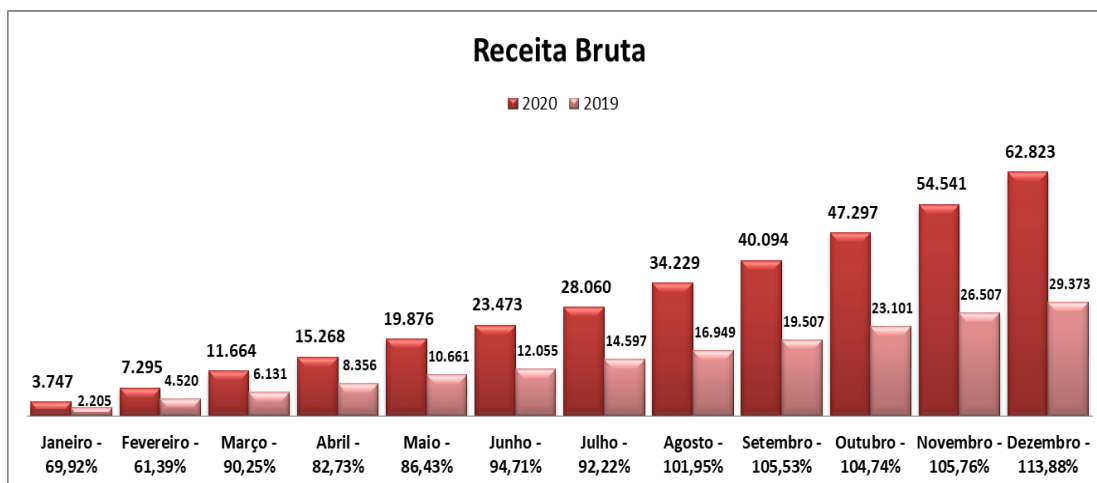
RESULTADO	30/06/2019	%	31/05/2019	%	30/04/2019	%	31/03/2019	%	28/02/2019	%	31/01/2019	%
Receita Operacional Líquida	8.243		7.257		5.746		4.161		3.198		1.514	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(10.255)		(8.918)		(7.029)		(5.096)		(3.719)		(1.744)	
Lucro Bruto	(2.012)	-24,41%	(1.660)	-22,88%	(1.283)	-22,33%	(935)	-22,48%	(521)	-16,30%	(230)	-15,19%
<i>Despesas Operacionais</i>												
Com Vendas	(105)	1,27%	(92)	1,27%	(77)	1,35%	(62)	1,49%	(52)	1,63%	(26)	1,74%
Gerais e Administrativas	(3.063)	37,15%	(2.513)	34,62%	(2.004)	34,88%	(1.539)	36,99%	(945)	29,53%	(510)	33,67%
Outras Receitas e Despesas	(982)	11,91%	(87)	1,20%	(87)	1,52%	(87)	2,10%	(0)	0,00%	(0)	0,00%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(6.161)	74,74%	(4.352)	59,97%	(3.452)	60,08%	(2.624)	63,05%	(1.518)	47,46%	(766)	50,61%
<i>Resultado Financeiro</i>												
Receitas Financeiras	3.958	-48,01%	3.957	-54,53%	3.957	-68,87%	3.957	-95,09%	3.957	#####	3.956	-261,30%
Despesas Financeiras	(4.640)	56,29%	(4.047)	55,76%	(3.214)	55,93%	(2.722)	65,43%	(1.983)	62,01%	(1.011)	66,80%
Resultado Financeiro Líquido	(682)	8,28%	(89)	1,23%	744	-12,94%	1.235	-29,67%	1.973	-61,70%	2.945	-194,50%
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(6.844)	83,02%	(4.441)	61,20%	(2.708)	47,14%	(1.389)	33,39%	455	-14,24%	2.179	-143,89%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	351	-4,26%	292	-4,03%	234	-4,08%	176	-4,22%	118	-3,67%	58	-3,83%
Resultado Líquido do Exercício	(6.493)	78,77%	(4.149)	57,17%	(2.474)	43,06%	(1.213)	29,16%	573	-17,92%	2.237	-147,73%

31 de Dezembro de 2020

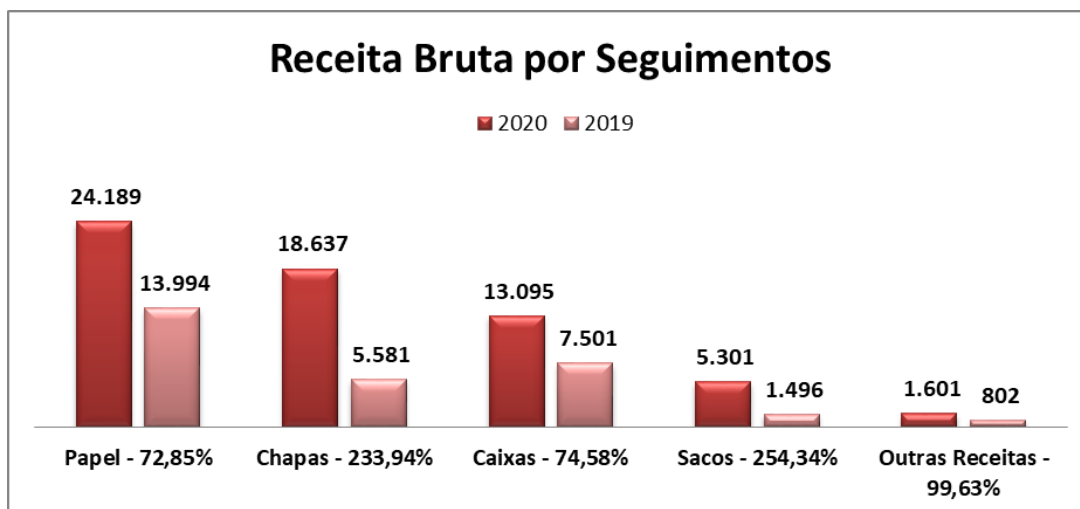
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou aumento de 113,88% se comparada ao ano anterior, fato atribuído ao aumento do volume de produção e a prospecção e realização de venda para novos clientes.



No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta nos anos de 2019 e 2020.



31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

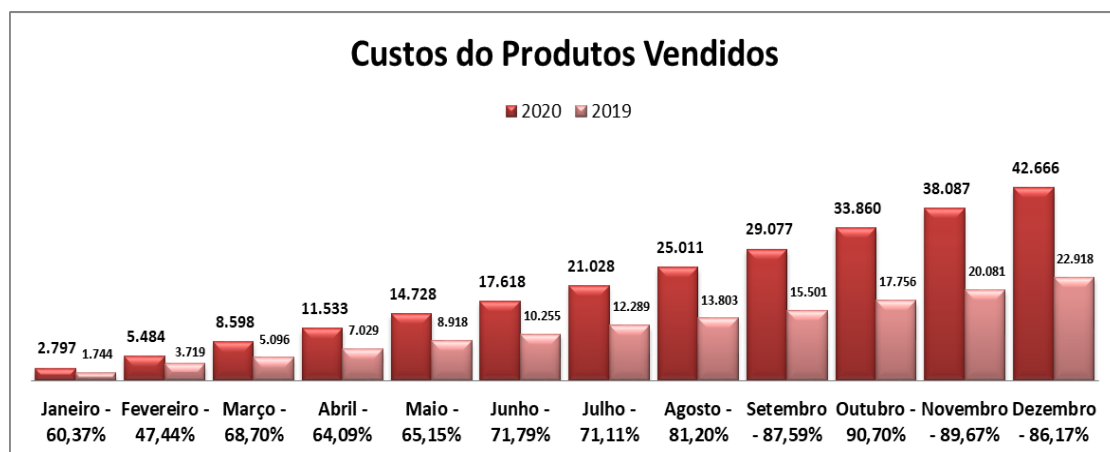
Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida demonstrou aumento de 117,31% em relação a 2019, fato relacionado ao aumento da demanda de nossos produtos.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos tiveram um aumento de 2020 para 2019 em 86,17 % acompanhando as vendas e relacionado diretamente com a escassez do mercado de aparas.



Conde - PB, 31 de Dezembro de 2020.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde - PB

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2020, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 2016/NBCTA570 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, trabalhista e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos.

A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de **R\$ 219.018** em 31 de dezembro de 2020 (**R\$ 206.987 mil** em 31 de dezembro de 2019). Ainda em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrado o montante de **R\$ 27.931 mil** de contas a receber de clientes, dos quais **R\$ 6.314 mil** foram provisionados como títulos de liquidação duvidosa, visto que se encontram pendentes de liquidação a longa data. Na mesma data, a Companhia apresenta passivo circulante no montante de **R\$ 274.971 mil**, **R\$ 237.441 mil** superior ao seu ativo circulante. Do total do passivo circulante, **R\$ 188.442 mil (69%)**, referem-se a débitos tributários, compostos por obrigações que já foram objeto de parcelamentos e obrigações correntes não liquidadas. Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441) que migrou, para a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba na data de 06 de abril de 2020, processo 0001217-89.2020.8.16.0185.

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de opinião”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa demonstração financeira.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

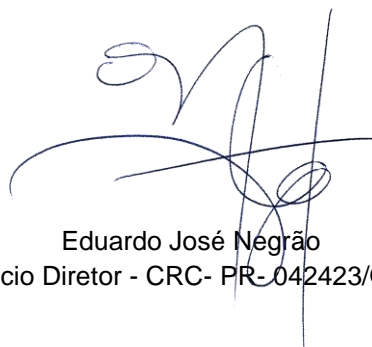
Curitiba, 26 de março de 2021.



RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Claudio Silva Foch
Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR



Eduardo José Negrão
Sócio Diretor - CRC- PR- 042423/O-6

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	128	16
Contas a Receber de Clientes	7	21.617	8.501
Estoques	8	2.490	1.174
Adiantamento a Fornecedores	9	11.749	1.950
Impostos a Recuperar	10	1.546	4.284
Total do Ativo Circulante		37.530	15.924
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	12	3
Empresas Ligadas	12	903	903
Outros Créditos	11	923	880
Total do Realizável a Longo Prazo		1.838	1.787
Imobilizado	13	60.371	62.852
Total do Ativo Não-Circulante		62.209	64.639
TOTAL DO ATIVO		99.739	80.563

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	22.693	18.268
Empréstimos e Financiamentos	16	7.666	2.320
Obrigações Sociais	17	43.298	36.745
Obrigações Tributárias	18	188.442	181.052
Adiantamento de Clientes	19	11.310	4.316
Outras Obrigações		1.562	1.269
Total do Passivo Circulante		274.971	243.971
NÃO-CIRCULANTE			
Fornecedores	15	10.800	10.800
Obrigações Tributárias	18	1.342	-
Empresas Ligadas	12	13.874	14.365
Impostos Diferidos	20	17.770	18.414
Total do Passivo Não-Circulante		43.786	43.579
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		30.604	31.690
Prejuízos Acumulados		(271.960)	(261.015)
Total do Patrimônio Líquido		(219.018)	(206.987)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		99.739	80.563

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Líquida	23	43.709	20.114
(-) Custos do Produtos Vendidos		(42.666)	(22.918)
Lucro Bruto		1.043	(2.804)
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	24	(1.613)	(309)
Gerais e Administrativas	25	(5.340)	(5.261)
Outras Receitas e Despesas	26	5.046	(804)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(864)	(9.177)
<i>Resultado Financeiro</i>			
	27		
Receitas Financeiras		2	3.961
Despesas Financeiras		(11.813)	(8.997)
Resultado Financeiro Líquido		(11.811)	(5.036)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(12.675)	(14.213)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		644	691
Resultado Líquido do Exercício		(12.031)	(13.522)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(0,66)	(0,75)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(12.031)	(13.522)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(12.031)</u>	<u>(13.522)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2018	22.338	(248.578)	32.777	(193.463)
Resultado do Período	-	(13.524)	-	(13.524)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	1.087	(1.087)	-
Em 31 de Dezembro de 2019	22.338	(261.015)	31.690	(206.987)
Resultado do Período	-	(4.044)	-	(4.044)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	263	(263)	-
Em 31 de Março de 2020	22.338	(264.796)	31.427	(211.031)
Resultado do Período	-	(3.870)	-	(3.870)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	280	(280)	-
Em 30 de Junho de 2020	22.338	(268.386)	31.147	(214.901)
Resultado do Período	-	(3.995)	-	(3.995)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	272	(272)	-
Em 30 de Setembro de 2020	22.338	(272.109)	30.875	(218.896)
Resultado do Período	-	(122)	-	(122)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	271	(271)	-
Em 31 de Dezembro de 2020	22.338	(271.960)	30.604	(219.018)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(12.031)	(13.522)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.847	2.619
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	13	1.387
Juros Provisão	33	-
Incentivos Fiscais Recebidos	(2.852)	-
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(644)	(691)
Provisão (Reversão) p/ Contingências	89	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>(12.545)</u>	<u>(10.207)</u>
Cientes	(13.129)	(8.638)
Estoques	(1.316)	(222)
Impostos a Recuperar	2.729	(3.622)
Outros Créditos	(9.842)	(891)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	<u>(21.558)</u>	<u>(13.373)</u>
Fornecedores	4.425	15.666
Obrigações Sociais e Tributárias	15.285	14.030
Adiantamento de Clientes	6.994	2.928
Outras Obrigações	293	992
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	<u>26.997</u>	<u>33.617</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>(7.106)</u>	<u>10.036</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(366)	(12.257)
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	(491)	1.143
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	<u>(857)</u>	<u>(11.114)</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	8.486	3.413
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(411)	(2.320)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	<u>8.075</u>	<u>1.093</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>112</u></u>	<u><u>15</u></u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	16	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	128	16

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	60.377	27.590
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	644	691
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(13)	(1.387)
Provisão (Reversão) p/ Contingências	(89)	257
Perdas Não operacionais	2.297	-
Incentivos Fiscais Recebidos	2.852	326
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(18.231)	(7.152)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(16.850)	(10.702)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>30.987</u>	<u>9.623</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>(2.847)</u>	<u>(2.619)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>28.140</u>	<u>7.004</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	2	3.961
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>28.142</u>	<u>10.965</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>28.142</u>	<u>10.966</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	7.073	5.021
Benefícios	1.599	862
FGTS	557	420
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	10.834	5.379
Estaduais	8.021	3.665
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	11.814	8.997
Aluguéis	275	145
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	<u><u>(12.031)</u></u>	<u><u>(13.522)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2531000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Durante o exercício de 2020 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram laboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.6 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.7 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.9 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (iii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.15 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.1.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa

3.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de Dezembro de 2020 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

ATIVOS FINANCEIROS	31/12/2020	31/12/2019
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	128	16
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	21.617	8.501
Depósitos Judiciais	923	881
Total Ativos Financeiros	22.668	9.398
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	22.693	18.268
Empréstimos e Financiamentos	7.666	2.320
Total passivo Financeiro	30.359	20.588

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos Conta Movimento	128	16
Total de Caixa e Equivalentes	<u>128</u>	<u>16</u>

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7 CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a Receber de Clientes	27.931	18.944
(-) Provisão Credito Liquidação Duvidosa	(6.314)	(10.443)
Total de Contas a Receber	<u>21.617</u>	<u>8.501</u>

Aging List das contas a receber de clientes

Vencidos	22.532	16.979
A vencer em até 3 meses	5.399	1.965
Total	<u>27.931</u>	<u>18.944</u>

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

8 ESTOQUES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Produtos acabados	1.151	562
Matérias primas	496	541
Materiais Secundarios	251	89
Outros materiais	295	97
Operações com Terceiros	(472)	(1.028)
Material recebido para industrialização	769	913
Total de Estoques	<u>2.490</u>	<u>1.174</u>

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2020 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
KELTON DA SILVA PONTES	90	87
N. VALENCIO & OLIVEIRA LTDA	85	36
REAL CONSULTORIA E SOLUÇÕES LTDA-ME	77	96
ALBUQUERQUE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS	44	43
FABIO ROMERO DE SOUZA LEAO	47	47
XERIUM TECHNOLOGIES BRASIL IND COM S/A	65	51
BAMELO REPRESENTAÇÕES LTDA	63	43
CLÁUDIA MARIA SANTOS DE VASCONCELOS	451	222
Outros Fornecedores	10.827	1.325
Total de Adiantamentos a Fornecedores	<u>11.749</u>	<u>1.950</u>

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	31	30
ICMS sobre ativo imobilizado	11	8
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Créditos Extemporâneos Federais	1.213	3.954
Impostos a Recuperar Circulante	<u>1.546</u>	<u>4.283</u>
lcms sobre ativo imobilizado	12	3
Impostos a Recuperar Não Circulante	<u>12</u>	<u>3</u>

11 OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	923	880
Total não Circulante	<u>923</u>	<u>880</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
Mútuo		
EKN Administração e Participações	903	903
Total Ativo não Circulante	903	903
PASSIVO		
Mútuo		
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	1.979	2.311
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	963	1.122
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	13.874	14.365

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

13 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias e	Maquinas e Equipamentos	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo Inicial	6.532	7.368	37.657	48	206	-	141	1.261	53.213
Adições	-	12.240	15	-	-	-	3	-	12.258
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(875)	(1.666)	(20)	(37)	-	(21)	-	(2.619)
Baixa Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	6.532	18.733	36.006	28	169	-	123	1.261	62.852
Em 31 Dezembro de 2019									
Custo	7.002	32.151	73.380	4.386	728	31	574	-	118.252
Deprec. Acumulada	-	(12.665)	(33.939)	(4.324)	(533)	(31)	(442)	-	(51.934)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	18.733	36.006	28	169	-	123	1.261	62.852
Saldo Inicial	6.532	18.733	36.006	28	169	-	123	1.261	62.852
Adições	-	-	276	-	40	-	50	-	366
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.102)	(1.669)	(11)	(38)	-	(27)	-	(2.847)
Baixa Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	6.532	17.631	34.613	17	171	-	146	1.261	60.371
Em 31 Dezembro de 2020									
Custo	7.002	32.151	73.656	4.386	768	31	624	-	118.618
Deprec. Acumulada	-	(13.767)	(35.608)	(4.335)	(571)	(31)	(469)	-	(54.781)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	17.631	34.613	17	171	-	146	1.261	60.371

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seja revisada no mínimo a cada exercício.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como impairment, a Companhia procedeu aos testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (Impairment) no exercício de 2017.

15 FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a Pagar a Fornecedores CP	22.693	29.068
Total de Contas a Pagar	22.693	29.068
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a Pagar a Fornecedores LP	10.800	10.800
Total de Contas a Pagar	10.800	10.800
Aging List das Contas a Pagar		
Vencidos	19.522	17.341
A vencer em até 3 meses	3.471	567
A vencer entre 3 e 6 meses	400	360
A vencer de 6 meses a 1 ano	10.100	10.800
Total	33.493	29.068

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos	405	405
Duplicatas Descontadas	7.261	1.915
Total Empréstimos e Financiamentos	7.666	2.320
Vencimentos		
Em até 6 meses	7.666	2.320
	7.666	2.320

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

a) Indexadores:

Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a Pagar	3.503	3.725
INSS	22.590	18.799
FGTS	5.352	2.641
IRRF Funcionários	2.524	3.078
Provisões e Encargos	2.058	1.318
Provisão Indenizações	6.281	6.192
Parcelamentos Previdenciários	790	790
Contribuição Sindical	200	202
Total	43.298	36.745

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante		31/12/2020	31/12/2019
ICMS	(i)	245	144
PIS	(ii)	6.994	6.574
COFINS	(ii)	33.598	31.648
IPÍ	(ii)	114.879	110.842
INSS S/ FATURAMENTO	(ii)	5.308	5.220
IRRF		10	6
IRPJ		979	969
CSLL		576	569
Multas Infrações CLT		1.174	1.104
ISS		38	36
INSS Retido Fonte		40	40
PIS/COFINS/CSLL		409	339
ICMS Diferencial de Aliquota		28	121
ICMS Divida Ativa		23.994	23.440
Parcelamento Federal		5	-
Parcelamento Estadual - ICMS		165	-
Total Circulante		188.442	181.052
Não Circulante			
Parcelamento Tributos Federais		1.342	-
Total não Circulante		1.342	-

- (i) No período de janeiro a Dezembro de 2020 a companhia se beneficiou de 2.852 mil do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- (ii) Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata ade com exigibilidade imediata.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cientes Diversos	11.310	4.316
Total	11.310	4.316

Pescados Fish Ltda	28	21
Riograndense Distribuidora Ltda	52	-
Samuel Junior de Souza	110	74
Janaina Aparecida Aarques Diniz	120	26
Empreendimentos e Participações Cecile Ltda	125	-
Industria De Embalagens Mb Ltda	6.925	407
Outros	3.950	3.788
Total	11.310	4.316

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo Atribuído	46.369	48.016
Vida Útil	5.897	6.145
IRPJ Diferido (25%)	13.066	13.540
CSLL Diferida (9%)	4.704	4.874
Total	17.770	18.414

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração de Diretores	41	33
Total	41	33

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(261.015)	(248.578)
Prejuízo do Período	(10.945)	(12.437)
Prejuízos Acumulados	(271.960)	(261.015)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	30.604	31.690
Total do Patrimonio Liquido	(219.018)	(206.987)

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionistas	Espécie/Classe	Qtd	Capital Subscrito	Votante
EKN – Embalag. Kraft do NE Ltda	Ações ordinárias	17.377.638	21.420.235	95,89%
Diversos Terceiros Minoritários	Ações ordinárias	744.461	918.106	4,11%
Total		18.122.099	22.338.341	100%

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Papel Kraft	24.189	13.994
Chapa de papelão	18.637	5.581
Caixas	13.095	7.501
Sacos	5.301	1.496
Outras Receitas	1.601	802
Total Mercado Interno	62.823	29.374
(-) Impostos sobre Vendas	(16.667)	(7.476)
(-) Devoluções e Abatimentos	(2.447)	(1.784)
Receita Líquida	43.709	20.114

24 DESPESAS COM VENDAS

	31/12/2020	31/12/2019
Fretes	(1.371)	(273)
Comissões	(242)	(36)
Total	(1.613)	(309)

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Honorários, salários, encargos e benefícios	(2.650)	(2.548)
Serviços, Aluguéis	(369)	(221)
Energia, Água e Comunicações	(1.677)	(2.095)
Materiais de Consumo	(476)	(235)
Impostos Taxas e Contribuições	(26)	(22)
Gastos Gerais	(142)	(140)
Total	(5.340)	(5.261)

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	2.852	326
Outras Receitas	2.296	-
Total Outras Receitas	<u>5.148</u>	<u>326</u>
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	(13)	(1.387)
Prov. Contingencia	(89)	257
Total Outras Despesas	<u>(102)</u>	<u>(1.130)</u>
Total	<u>5.046</u>	<u>(804)</u>

27 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros Mora Ativos	1	3.957
Descontos Obtidos	-	2
Outros Juros Ativos	1	2
Total Receitas Financeiras	<u>2</u>	<u>3.961</u>
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(1.080)	(391)
Juros Mora Passivos	(346)	(264)
Juros s/ de Tributo	(57)	(401)
Juros Tributos Parcelados	(9.611)	(7.877)
Descontos Concedidos	(26)	(7)
Despesas Bancarias	(676)	(56)
Outras Despesas Financeiras	(17)	(1)
Total Despesas Financeiras	<u>(11.813)</u>	<u>(8.997)</u>
Total Resultado Financeiro Líquido	<u>(11.811)</u>	<u>(5.036)</u>

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(2.847)	(2.619)
Despesas com Pessoal	(9.229)	(6.302)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(18.231)	(7.152)
Serviços de Terceiros	(16.850)	(10.702)
Outras Despesas Operacionais	(2.475)	(2.517)
Total	<u>(49.632)</u>	<u>(29.292)</u>
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(42.666)	(22.918)
Despesas com Vendas	(1.613)	(309)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.340)	(5.261)
Outras Despesas Operacionais	(13)	(804)
Total	<u>(49.632)</u>	<u>(29.292)</u>

29 LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

<u>LAJIDA (EBITDA)</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(12.031)	(13.522)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(644)	(691)
(+) Despesas Financeiras	11.813	8.997
(-) Receitas Financeiras	(2)	(3.961)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA	(864)	(9.177)
(+) Depreciação e Amortização	2.847	2.619
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	1.983	(6.558)

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Frente a essa pandemia do novo “Coronavírus (COVID-19)” à companhia até a presente data não sentiu impacto relevante na operação, contudo foram adotadas algumas estratégias, para ajudar no combate de propagação, como em superar esse momento de incertezas do mercado, trazidas pelo contágio do Coronavírus.

1. Colaboradores e precauções nas companhias:
 - a. Elaboramos um manual de orientação e cuidados básicos, bem como introduzimos no DDS diário esse assunto massivamente.
 - i. Reuniões de DDS ao ar livre para evitar contágio;
 - b. Aumentamos os pontos de Álcool em gel nas fábricas e escritórios, bem como reforçamos os cuidados com limpeza;
 - c. Criamos horários diferenciados de refeição, evitando aglomerações de pessoas nos refeitórios;
 - d. Atendendo as orientações médicas, tomamos a decisão de dispensar todos os colaboradores com idade acima de 60 anos, orientando que permaneçam em suas residências até que seja estabilizado o contágio, retornando ao trabalho quando contactado, sem nenhuma perda salarial.
 - e. Os aprendizes, estagiários e gestantes foram dispensados a partir de 20/03, retornando em abril. Mesmo não sendo grupo de risco, achamos por bem mantê-los em casa em função dos deslocamentos.
 - f. Home Office: Somente para setores administrativos, quando os trabalhos possam ser executados de casa.
 - g. Foram canceladas todas as visitas de terceiros nas fábricas, sejam clientes, representantes, bancos, fornecedores ou demais parceiros até final do mês de Junho.
 - h. Restringimos a entradas de veículos, com exceção para descarga de materiais e suprimentos para a fábrica, assim como a saída de produtos acabados, porém sempre mantendo as regras recomendadas para evitar contato e contágio, determinando ainda que todos os motoristas sejam orientados e realizar uma prévia higienização na portaria antes de entrar nas fábricas, deixando a portaria encarregada desta orientação.
2. Na operação e continuidade:
 - a. Riscos que estamos enfrentando e medindo, por ordem de prioridade e atenção:
 - i. Operacional: Risco de uma determinação de parada geral por alguns dias. Isso realmente comprometeria muito as empresas.

31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii. Financeiro: Muita restrição ao crédito e nem mesmo operações normais (com bons sacados) estão sendo realizadas neste momento, comprometendo bastante o nosso fluxo de caixa, inclusive já começamos a ter um risco maior se essa condição não melhorar.
 - b. Para reduzir esse risco alteramos a carteira para clientes com pagamento a vista ou que tem diretamente com eles uma operação nos modelos de “risco sacado”, contudo são poucos que estão fazendo isso, destacando que na Conpel não temos esse problema por enquanto, pois a grande maioria das operações são “a vista” e os maiores clientes mantém a operação citada anteriormente.
 - c. Suprimentos: Alguns fornecedores pediram reservas de produtos, principalmente os químicos. Como já conseguimos reservar dentro das condições estabelecidas não vemos risco maior de desabastecimento, pelo menos até este momento;
 - d. Comercial: Não sentimos nenhuma restrição comercial ainda, com poucos pedidos de cancelamentos/prorrogações de pedidos, mas devemos ter uma pequena queda nos próximos meses, especificamente em embalagens. Para suprir isso estamos nos apoiando nas exportações e venda de papel nas duas unidades, caso necessário, destacando ainda que vimos uma demanda maior no segmento de embalagens para alimentos nestes últimos dias.
3. Projeções:
- a. Não alteramos nenhuma projeção até agora e acreditamos que, não havendo uma parada obrigatória, vamos continuar na mesma expectativa de resultados;

Dependendo do tempo que vamos levar para sanar essa “pandemia”, acreditamos que há uma boa chance de crescermos em preço e mercado nos próximos meses, pois é bem provável que a demanda do nosso segmento cresça, visto que esse momento pode influenciar na mudança de alguns hábitos das pessoas (ex. delivery), tendo mais consumo de papel e embalagens. Vamos avaliar

Conde (PB), 31 de Dezembro de 2020.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Luiz Cancelier
Diretor Adm. Financeiro e RI

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3